

Resenha

SPELLBERG, Denise A. *Thomas Jefferson's Qur'an: Islam and the Founders*. Nova York: Alfred A. Knopf, 2013, 392 p.

Carmen Lícia Palazzo¹

Denise A. Spellberg é professora de História do Oriente Médio e de Estudos Islâmicos na Universidade do Texas, em Austin, e uma respeitada pesquisadora em temas relacionados ao mundo muçulmano. Já publicou, ao longo de vários anos, diversos artigos acadêmicos e, em 1996, um livro cujo tema central é a vida de Aisha, uma das mulheres de Maomé, analisada sob a ótica das questões de gênero nas sociedades árabes.² No seu livro mais recente, porém, Spellberg, embora continuando a se interessar pelo Islã, propõe uma outra perspectiva que é a de identificar e analisar as evidências da tolerância para com os muçulmanos nos textos de Thomas Jefferson e de mais alguns dos *Founding Fathers*³ dos Estados Unidos.

Em 1765, onze anos antes da Declaração de Independência americana e quando era ainda um estudante de Direito na Virgínia, Thomas Jefferson comprou um exemplar do Corão, traduzido para o inglês e publicado em 2 volumes⁴.

¹ Doutora em História pela UnB com cursos de especialização na França, Uruguai e Estados Unidos. Pesquisadora convidada e professora na pós graduação lato sensu do UniCeub. Pesquisadora do Grupo Officium/UFPA e do Grupo Middle Persian Studies/ Grupo de Estudos Persas/UnB. Especialista em História do Oriente.

² SPELLBERG, Denise A. *Politics, Gender and The Islamic Past: The legacy of 'A' isha bint Abi Bakr*. Nova York: Columbia University Press, 1996.

³ *Founding fathers*, "pais fundadores" ou algumas vezes traduzido como "patriarcas", é o nome dado aos líderes da Revolução Americana que lutaram pela independência, tornando-se signatários da Constituição. Alguns historiadores identificam apenas sete *founding fathers* principais e não incluem todos os signatários da Carta Magna. São eles John Adams, Benjamin Franklin, Alexander Hamilton, John Jay, Thomas Jefferson, James Madison e George Washington.

⁴ A obra adquirida por Jefferson era: *The Koran, commonly called the Alcoran of Mohammed, Translated into English from the Original Arabic; with Explanatory Notes, taken from the Most Approved Commentators, to which is prefixed a Preliminary Discourse*. 2 vol. (London: L. Hawes, W. Clarke, R. Collins and T. Wilcox, 1764. Trad. De George Sale). Atualmente encontra-se disponível para consulta na seção de Livros Raros da Biblioteca do Congresso, em Washington, D.C.

Tomando este fato como emblemático do interesse de Jefferson pelo Islã, Spellberg realiza uma densa pesquisa na qual investiga a opinião de alguns líderes políticos americanos do século XVIII acerca da participação de muçulmanos na nova sociedade que então se organizava. O contexto do trabalho da autora é bastante abrangente e, como ela mesma coloca no início do livro:

A geração fundadora debateu se os Estados Unidos deveriam ser exclusivamente protestantes ou um governo pluralista em matéria de religião. E, caso viesse a ser o último, se a igualdade política – os direitos completos de cidadania, incluindo o acesso ao mais alto cargo – deveriam se estender aos não-protestantes. A menção, então, de muçulmanos como potenciais cidadãos dos Estados Unidos forçava a maioria protestante a imaginar os parâmetros de sua nova sociedade além da tolerância.⁵

Tratava-se, então, não apenas de pensar um novo país que poderia acolher pessoas de religiosidade muçulmana, mas que seria aberto a todos os credos e Spellberg, de certa forma, deixa entrever que a preocupação maior dos fundadores dos Estados Unidos da América era com a diversidade dos cristãos, ainda que, no decorrer do livro, ela não chegue a aprofundar este aspecto e insista na ênfase ao Islã.

O primeiro capítulo, intitulado *The European Christian Origins of Negative but Sometimes Accurate American Ideas About Islam and Muslims, 1529-1797* é uma síntese das ideias europeias sobre o Islã, assunto complexo que se encontra bem resumido, mostrando que Jefferson e seus contemporâneos na América eram, sem dúvida, herdeiros das visões europeias do Outro, nas quais a alteridade era o muçulmano, mas sobretudo os turcos, que estavam muito presentes no imaginário ocidental principalmente em função de constantes ameaças de invasão à Europa.

No segundo capítulo, *Positive European Precedents for the Toleration of Muslims and Their Presence in Colonial America, 1554-1706*, Spellberg trata da tolerância

⁵ SPELLBERG, *Thomas Jefferson's...* p. 4. Texto original: "The founding generation debated whether the United States should be exclusively Protestant or a religiously plural polity. And if the latter, whether political equality – the full rights of citizenship, including access to the highest office – should extend to non-Protestants. The mentions, then, of Muslims as potential citizen of the United States forced the Protestant majority to imagine the parameters of their new society beyond toleration."

religiosa e analisa os escritos de diversas personalidades que, de um modo ou de outro, referiram-se ao Islã de modo positivo. Logo no início do capítulo a autora discorre longamente sobre a figura de Menocchio, o moleiro da obra de Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*⁶, apresentando toda a trama de forma muito detalhada com ênfase na insistência de Menocchio, em seu depoimento, sobre sua vontade de permanecer cristão ainda que considerasse que a salvação pudesse ser alcançada também por judeus e muçulmanos. Curiosamente, após se ocupar do texto de Ginzburg com flagrantes excessos de detalhes, Spellberg reconhece que as ideias do moleiro em nada influenciaram a Europa da época. É inevitável, então, questionar qual teria sido o motivo que a autora encontrou para incorporar a obra do historiador italiano de forma um tanto deslocada em seu próprio trabalho. Em seguida, porém, neste mesmo capítulo, ela analisa textos de maior relevância para o tema, escritos por autores que fizeram efetivamente parte da cultura da elite letrada europeia e entre eles, destaca Sebastian Franck (1499-1542), Thomas Helwys (1575-1614), Roger Williams (1606-1683), Henry Stubbe (1632-1676) e John Locke (1632-1704). Sobre Locke, do qual Jefferson foi grande admirador, Spellberg escreve:

Aceitando que um punhado de muçulmanos já estavam provavelmente morando em Londres por motivos diplomáticos ou de comércio, Locke não considerava a prática do Islã uma barreira para a residência ou os direitos em seu país.

(...) mesmo que a perseguição religiosa dos muçulmanos fosse proibida, como estrangeiros ainda lhes era negada a plena cidadania. A reivindicação de Locke de igualdade de “direitos civis” para os muçulmanos rejeitava sua designação como “denizens”⁷, uma subcategoria para residentes não ingleses e não cristãos.⁸

⁶ A obra referida por Spellberg é: GINZBURG, Carlo. *The Cheese and the Worms. The Cosmos of a Sixteenth-Century Miller*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992. (trad. J. e A. Tedeschi)

⁷ Do século XIII até meados do século XIX, o *denizen*, cuja tradução literal atualmente é “habitante”, era uma pessoa que, vivendo na Inglaterra ou na Irlanda, situava-se entre o total estrangeiro e o cidadão do país. Havia todo um processo para que os estrangeiros conseguissem a chamada *denization*, que permitia alguns privilégios mas que não correspondia à total aquisição de cidadania (*citizenship*).

⁸ SPELLBERG, *Thomas Jefferson's...*, p. 72. Texto original: “Accepting that a handful of Muslims were probably already lodged in London for diplomatic or trade purposes, Locke did not consider the practice of Islam a barrier to residence or rights in his country. (...) while religious persecution of

É apenas no terceiro capítulo, *What Jefferson Learned – and Didn't – from His Qur'an*, que Spellberg aborda a compra do Corão, por Jefferson, em 1765, na única livraria da Colônia, junto à sede do jornal *Virginia Gazette* em Williamsburg. A transação foi documentada na contabilidade da livraria e autora reproduz uma foto da nota de venda (p. 82). É neste capítulo, também, que ficam bastante claras as ambiguidades do pensamento de Thomas Jefferson com relação ao Islã, pois se por um lado ele advogava a liberdade de culto e o respeito a todas as práticas religiosas, tendo feito, nos seus textos, referências explícitas aos judeus e aos muçulmanos, por outro não nutria nenhuma admiração pelo Islã enquanto religião, apontando-a como motivadora de atos como o da destruição da legendária biblioteca de Alexandria. Em um de seus textos Jefferson comenta, citando Voltaire, o fato de que a referida biblioteca havia sido incendiada a mando do Califa Omar, o que atualmente já não é mais aceito como verdadeiro mas que, no século XVIII, era utilizado como motivo para denegrir o Islã (p. 97). Neste capítulo, as considerações de maior importância feitas por Spellberg são as que tratam da influência de Locke no pensamento de Jefferson no que diz respeito à liberdade de opinião e à liberdade religiosa. No entanto, se para Locke a tolerância não incluía esperar que os muçulmanos ou judeus alcançassem a salvação, para Jefferson não era assunto de Estado ocupar-se ou até mesmo opinar a respeito da salvação dos indivíduos (p. 108).

No quarto capítulo Spellberg segue a mesma linha dos anteriores apresentando um texto muito detalhado e com uma enorme quantidade de informações e de referências. Intitulado *Jefferson Versus John Adams. The Problem of North African Piracy and Their Negotiation with a Muslim Ambassador in London*, o capítulo trata deste tema pontual de maneira demasiadamente extensiva e pouco interessante para o conjunto da reflexão sobre o pensamento de Jefferson acerca da liberdade religiosa. Os problemas relativos à pirataria no Mediterrâneo eram

Muslims was forbidden, as aliens they were still denied full citizenship. Locke's advocacy of equal 'civil rights' for muslims rejected their designation as 'denizens' a subcategory for non-English and non-Christians residents."

bastante concretos e não envolviam considerações sobre religião, já que o interesse dos países vítimas das agressões era o ressarcimento financeiro das perdas. Não apenas os Estados Unidos, mas toda a Europa e até mesmo comerciantes e armadores da Ásia preocupavam-se com os frequentes ataques por parte dos piratas. A autora relata as negociações mas o que se percebe é que o assunto poderia ter sido tratado em dois ou três parágrafos e apenas como ilustrativos do contexto da época, sem necessitar de um capítulo completo para ele.

No quinto capítulo, intitulado *Could a Muslim Be President? Muslim Rights and the Ratification of the Constitution, 1788* Spellberg retorna ao tema das discussões sobre a liberdade religiosa e a participação de todos os cidadãos no processo político, independente de sua religião. Na época, estas discussões dividiam-se em duas opiniões principais, uma delas a que aceitava que judeus, muçulmanos e católicos praticassem sua religião, desde que não tivessem acesso a importantes funções públicas, e outra que preconizava a total igualdade, independente da opção religiosa pessoal. No que diz respeito aos muçulmanos, a questão se colocava, como diz Spellberg, apenas de forma “teórica” (p. 162) já que na prática o alvo das restrições costumava se restringir aos católicos pelo fato de serem eles que se faziam presentes ativamente na sociedade americana, disputando espaço político com os protestantes. Muitos historiadores já se referiram ao fato de que havia, entre os protestantes, o temor de que os católicos pudessem se considerar súditos do Papa, o que era considerado um “poder externo”. O mesmo raciocínio de “poder externo” e de “interesses externos” era usado para discriminar os judeus e certamente serviria de argumento contra os muçulmanos, na época totalmente associados ao temor do sultão turco, por parte dos europeus. Alguns estados norte-americanos eram mais restritivos do que outros e:

Rhode Island e Connecticut negaram, ambos, a igualdade política para os judeus, o último persistindo neste acerto até 1842. Em Maryland, os católicos que fundaram a colônia tinham igualdade, o que não era o caso dos judeus. Virgínia foi, de maneira notável,

distinta, passando em 1786 a primeira lei de Jefferson para o estado, ordenando a igualdade política para todas as fés, incluindo os católicos.⁹

No sexto capítulo, *Jefferson Wages War Against an Islamic Power*, a autora retorna à questão da pirataria no norte da África mas, embora este fosse um sério problema na época, a questão era econômica e não religiosa. Spellberg força um pouco a situação ao fazer considerações sobre o Islã e sobre as opiniões de Jefferson acerca da religião que, na verdade, não tiveram grande influência nas negociações contra a pirataria. Neste mesmo capítulo ela se refere às opiniões críticas de Thomas Jefferson sobre o Islã mas destaca que “o que ele fazia objeção, com relação aos muçulmanos, ele também criticava entre judeus e cristãos: os perigos de uma adesão literal à verdade revelada¹⁰.” Spellberg insiste, como já o havia feito anteriormente, no fato de que Jefferson sempre havia defendido o direito dos muçulmanos praticarem sua fé ainda que ele, pessoalmente, não simpatizasse com o Islã como religião e nem com Maomé (p. 235-237). Na realidade, a futura situação de muçulmanos que viessem a se estabelecer nos Estados Unidos não era uma preocupação central para nenhum dos líderes políticos americanos já que não se tratava de algo concreto que pudesse ser vislumbrado naquele momento. É válido, portanto, afirmar que tanto Jefferson quanto George Washington e James Madison, que são várias vezes citados como defensores dos direitos dos muçulmanos, tinham em suas preocupações a defesa da liberdade de credo contra a hegemonia do grupo protestante dominante, advogando uma sociedade aberta a todas as fés, na qual os muçulmanos serviriam apenas como exemplo extremo de tal liberdade, mas de presença muito improvável, naquela época, em solo americano.

⁹ SPELLBERG. *Thomas Jefferson's...*, p. 163. Texto original: “Rhode Island and Connecticut both denied Jews political equality, the former persisting in this arrangement until 1842. In Maryland, Catholics, who had founded the colony, had political equality, but Jews did not. Virginia was notably distinct, passing in 1786 Jefferson’s first state law to mandate religious freedom and political equality for all faiths, including Catholics.”

¹⁰ SPELLBERG. *Thomas Jefferson's...*, p. 231. Texto original: What he objected to among Muslims he also faulted among both Jews and Christians: the dangers of a literal adherence to revealed truth.”

No sétimo capítulo, *Beyond Toleration. John Leland, Baptist Advocate for the Rights of Muslims, 1776-1841*, a historiadora analisa a personalidade e os escritos de Leland, um pastor batista que se destacou como um grande defensor da liberdade religiosa e da separação do Estado e da Igreja, engajando-se também contra a escravidão e a favor do abolicionismo. Leland foi um seguidor de Jefferson e de James Madison e, como eles, defendia a liberdade religiosa. Foi por intermédio dos textos de Jefferson que o pastor chegou a Locke, que muito o influenciou. Este capítulo, porém, parece um estudo avulso que trata da tolerância, resgata uma figura importante nas reivindicações pela aceitação de todas as fés, mas deixa a desejar na conexão com o tema central do livro.

No posfácio, que Spellberg intitula *Why can't a muslim Be President? Eighteenth-Century Ideals of the Muslim Citizen and Their Significance in the Twenty-First century*, ela faz uma ponte entre o período dos *Founding Fathers* e a atualidade política americana referindo-se a alguns episódios de discriminação religiosa nos Estados Unidos, após os atentados de 11 de setembro, e também a comentários que circularam sobre Barack Obama durante suas duas campanhas presidenciais. Em mais de uma oportunidade Obama foi “acusado” de ser “secretamente” um muçulmano. A autora aponta estas “acusações” como exemplos de preconceito contra o Islã em pleno século XXI, no entanto não destaca que, apesar das “acusações”, Obama se elegeu e reelegeu, inclusive em um período de crise econômica mundial, o que demonstra que a intolerância não encontrou respaldo na maioria da opinião pública.

O ponto forte do livro de Denise A. Spellberg é a extensa pesquisa em fontes bastante diversificadas e fartamente citadas. O trabalho está muito bem documentado e é, sem dúvida, uma referência importante para outros pesquisadores interessados no tema da tolerância/intolerância religiosa nos Estados Unidos. É também um texto bem escrito, denso, com uma grande quantidade de informações que podem servir como ponto de partida para novos trabalhos acadêmicos. No entanto, não há nenhuma evidência de que o fato de ter adquirido um exemplar do

Corão fosse indicativo de um interesse excepcional de Jefferson pelos muçulmanos. Muitos foram os letrados do séculos XVII e XVIII que também possuíram este e outros textos importantes sobre o Islã, no contexto do que era considerada a “moda oriental”. Objetos, obras de arte e literatura que eram referência com relação ao Oriente e em especial às sociedades árabes, turca e persa, circularam largamente na Europa e, certamente, nos Estados Unidos, como reflexo do comportamento europeu.

Com relação à tolerância religiosa e à defesa dos direitos civis de católicos, judeus e muçulmanos, Thomas Jefferson e diversos outros *Founding Fathers* efetivamente se destacaram, o que não é nenhuma novidade para os historiadores. No entanto, como a autora deixa claro em diversas passagens do seu texto, não se sabia de muçulmanos vivendo como homens livres¹¹, naquela época, em solo norte-americano, assim o seu exemplo era provavelmente tomado no sentido de que até mesmo as religiões mais distantes e menos comuns deveriam ser alvo de tolerância e de completa aceitação, sem correr o risco de que seus praticantes fossem discriminados. Além disto, não era incomum entre os iluministas, que os *Founding Fathers* tanto admiravam, e especialmente em Voltaire e Montesquieu, recorrer a um Oriente idealizado como argumento em suas reflexões, em geral críticas, sobre o Ocidente.

É muito provável, portanto, que mais do que uma preocupação com os muçulmanos, a referência a eles significasse, nas reivindicações de Jefferson e de seus companheiros, o engajamento na almejada liberdade de culto extensiva a todos, de maneira irrestrita. Além disto, o debate inflamado que naquele momento ocorria nos Estados Unidos da América era o que envolvia opiniões favoráveis e contrárias à aceitação dos católicos para os altos cargos públicos.

Tais considerações críticas, porém, não diminuem em nada a importância do livro de Denise A. Spellberg que abre inúmeras perspectivas para novas e mais

¹¹ Havia certamente escravos africanos originariamente de religião muçulmana, como foi o caso no Brasil e em outros países de mão-de-obra escrava, mas para eles não se colocava a questão da cidadania.

avançadas pesquisas, dada também a considerável quantidade de fontes apresentadas pela autora. Trata-se de uma contribuição muito positiva para futuros trabalhos sobre a pluralidade na sociedade norte-americana, sobre as bases da tolerância e da intolerância religiosa no Ocidente e também sobre o tortuoso caminho que tem sido percorrido, com maior ou menor sucesso, em todas as partes do globo, na busca dos direitos civis das minorias.